REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Ministério da Educação, 1996. BRASIL. http://br.search.yahoo.com/r/_ylt=A0geu8GHnNNR6jwACbbz6Qt;_ylu=X3oDMTBybnZlZnRlBHNlYwNzcgRwb3MDMQRjb2xvA2FjMgR2dGlkAw/SIG=121o4h1vl/EXP=1372851463/**HTTP%3a//portal. mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pd.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, DF: MEC, 1993.

BRASIL. **Lei 10.172 - PNE 2001 - 2010**. Brasília: 2001

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental e Secretaria de Educação Especial. Referencial curricular nacional para a educação infantil: Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais.** Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2001.

BRITTO, Lucinda F. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1999.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "Is"**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

DAL FORNO, Josiane Pozzatti; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **Ultrapassando barreiras: professoras diante da inclusão**. 2005. Monografia (Especialização em Educação Especial) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004

FERREIRA, J. R. **A nova LDB e as necessidades educativas especiais**. In Cadernos CEDES 46. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1a. ed., p. 7-15, 2006.

GLAT, R., FERREIRA, J. R; OLIVEIRA, E. da S. G. & SENNA, L. A. G. **Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil**. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003. Disponível em: www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva. Acesso em: 30 de janeiro de 2014.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos, brinquedos, brincadeira e a educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996

MACEDO, Lino de. **Os Jogos e sua importância na escola**. São Paulo, 1995

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon/ SENAC, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MEC, BRASIL. **Conferência Mundial de Educação para Todos, 1990**. www.mec.gov.br

MEC, BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 1999**. www.mec.gov.br

OLIVEIRA, A. A. S. de. **Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência**. Bauru/SP: Práxis, 2000.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. São Paulo. 1989.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Um guia muito especial**. Disponível na internet em: http://www.defnet.org.br. Acesso em 12 de dezembro de 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VIGOTSKY, L. S. **Fundamentos da defectologia (Obras escogidas)**, v. V. Madrid: Visos, 1998

A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

As práticas de letramento e alfabetização no contexto da aprendizagem significativa

Carla Gomes de Oliveira

RESUMO

Este artigo aborda o tema Alfabetização e Letramento nos contextos de ensino e aprendizagem. A leitura e a escrita de textos são atividades privilegiadas no contexto da alfabetização e devem ser trabalhadas pelo professor, apoiando a criança e a inserindo em contextos em que a linguagem escrita e oral se façam presente. Por meio dos textos, os sentidos vão sendo construídos e a criança passa a elaborar diferentes hipóteses neste contexto, diferente das palavras e letras soltas, os textos trazem maior significado para as crianças nesta fase de alfabetização. Este estudo se justifica devido ao fato de ambos os termos, apesar de amplamente discutidos no âmbito educacional, ainda causarem diferentes interpretações por parte dos educadores. A alfabetização e o letramento devem ocorrer juntos, aliando um ensino sistemático de notação alfabética com as vivências cotidianas dos educandos, a escola deve considerar as práticas leitoras e escritoras que são vivenciadas fora do espaço escolar para que o letramento realmente seja contextualizado e não apenas uma forma de aprendizagem em que a escrita seja exercitada para demonstrar habilidades e competências totalmente desvinculadas da função social que a leitura e

a escrita possui na vida social e nas práticas cotidianas. O ambiente alfabetizador na escola é constituído como espaço em que há a cultura letrada, com diferentes materiais, como livros, revistas, cadernos, gibis, etc., com a promoção de situações de aprendizagem em que a cultura letrada seja acessível para as crianças. É preciso que a criança seja convidada a pensar sobre a leitura e a escrita de maneira lúdica e ampliando gradativamente a construção de suas hipóteses. A justificativa para este estudo baseia-se no fato de o termo Letramento estar presente em grande parte das discussões atuais sobre aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento. Alfabetização. Aprendizagem. Ensino.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o tema Alfabetização e Letramento nos contextos de ensino e aprendizagem. Como objetivo geral para este estudo temos o de analisar os principais conceitos que envolvem os dois termos e como objetivos específicos analisar as práticas de letramento e alfabetização nos contextos de aprendizagem escolar e elencar os principais conceitos atribuídos para a definição de alfabetização e letramento.

Este estudo se justifica devido ao fato de ambos os termos, apesar de amplamente discutidos no âmbito educacional, ainda causarem diferentes interpretações por parte dos educadores. Como podemos definir letramento e alfabetização e qual o sentido de se alfabetizar letrando na sociedade atual?

Os debates e alguns questionamentos sobre os métodos de Alfabetização começam na década de 60 e tinham como base as dificuldades apresentadas na aquisição da leitura e da escrita que normalmente estavam desvinculadas com a =s experiências vividas pelas crianças fora do ambiente escolar, em casa e no meio social no qual está inserida.

Os métodos utilizados na alfabetização modificam-se com o passar dos tempos, com base em estudos, pesquisas, mudanças na sociedade e novas demandas sociais. O termo Letramento começa a ser utilizado em meados de 1980, concomitantemente com os questionamentos sobre os métodos de alfabetização, em sua natureza teórica e metodológica.

A leitura e a escrita de textos são atividades privilegiadas no contexto da alfabetização e devem ser trabalhadas pelo professor, apoiando a criança e a inserindo em contextos em que a linguagem escrita e oral se façam presente. Por meio dos textos, os sentidos vão sendo construídos e a criança passa a elaborar diferentes hipóteses neste contexto, diferente das palavras e letras soltas, os textos trazem maior significado para as crianças nesta fase de alfabetização.

O ambiente alfabetizador na escola é constituído como espaço em que há a cultura letrada, com diferentes materiais, como livros, revistas, cadernos, gibis, etc., com a promoção de situações de aprendizagem em que a cultura letrada seja acessível para as crianças. É preciso que a criança seja convidada a pensar sobre a leitura e a escrita de maneira lúdica e ampliando gradativamente a construção de suas hipóteses. A justificativa para este estudo baseia-se no fato de o termo Letramento estar presente em grande parte das discussões atuais sobre aprendizagem.

ALFABETIZAÇÃO

As contribuições de Emília Ferreiro e Ana Teberosky são muito importantes no processo de mudança de paradigma sobre a Alfabetização, as autoras rompem com a concepção de língua escrita como um código baseado em atividades de memorização e trazem uma nova concepção de língua escrita como um sistema alfabético. Nesta aprendizagem, segundo as autoras, as crianças ou os adultos analfabetos passavam por diferentes fases e o aluno não compreende neste momento, que a escrita representa os segmentos sonoros da palavra. As fases eram definidas como pré silábica, silábica e alfabética.

De acordo com Augusto (2009) é direito da criança o acesso a escrita na educação infantil e tal acesso deve considerar todas as informações necessárias para que elas possam pensar sobre sua própria língua, neste sentido é preciso sempre afirmar que isso não deve significar, de modo algum, apressar a escolarização, mais do que preparar para o ingresso no primeiro ano do ensino fundamental, a educação infantil tem que garantir vivências e experiências significativas de aprendizagem.

No ensino tradicional, os textos, em sua maioria eram literários, com a mudança de paradigma no contexto de alfabetização, o conceito de texto é mais amplo, abrangendo textos escritos e orais. Neste sentido quando utilizamos o texto oral como uma forma de ensino, torna-se necessário um novo planejamento de ações para a aprendizagem, que vise o desenvolvimento de tais habilidades.

De acordo com Luria (1988) o desenvolvimento da escrita pelas crianças pré-escolares se inicia por um processo que envolve a imitação do adulto e no uso de símbolos, que adquirem um significado e refletem o que a criança deseja anotar. As crianças nesta fase de aprendizagem utilizam os signos para anotar as letras, iniciando uma nova aprendizagem.

Para as crianças que utilizam somente letras para a representação da escrita, temos que ela imita o ato de escrever dos adultos, criando novas possibilidades, as crianças nesta fase de escrita realizam a atividade de maneira silenciosa, indicando que não há a tentativa de associar o som a escrita neste momento.

> Assim, a ausência da fala nos indicou que a atividade de escrita não era acompanhada pela tentativa de a criança estabelecer uma relação de simbolização entre as letras e os sons da fala. Por que então consideramos que a ausência da fala, durante a atividade de escrita dessas crianças, é indicadora da ausência de elaboração de relações entre os segmentos gráficos e os segmentos sonoros? (GONTIJO, 2003, p. 105)

De acordo com Gontijo (2003) as crianças que estão iniciando o processo de escolarização formal, utilizam letras para o registro dos conteúdos, caracterizando o desenvolvimento da escrita. No início não estabelecem relação entre os sons e as letras, reproduzindo as ações dos adultos ao escreverem e utilizando as letras que já conhecem.

No próximo estágio de desenvolvimento da escrita pela criança, ela passa a grafar a letra de acordo com o segmento sonoro correspondente, as crianças passam a construir por meio de sua fala as primeiras tentativas de relacionar a grafia com o som da fala. Segundo Leontiev (1978) a apropriação de conhecimentos pressupõe que a criança passe das ações realizadas no exterior para as ações do plano verbal, interiorizando tais ações.

> [...] a interiorização dessas relações significa que a criança se apropriou de uma função que possibilita compreender que existe uma relação de simbolização entre as letras e os sons da fala. Entretanto, é importante ressaltar que a apropriação da linguagem escrita não se reduz a aquisição da habilidade de analisar os sons das palavras e grafar símbolos gráficos adequados a cada segmento sonoro, mas é uma análise que deve ser aprendida e constitui o processo de desenvolvimento da escrita na criança. (GONTIJO, 2003, p. 118)

A leitura e a escrita de textos são atividades privilegiadas no contexto da alfabetização e devem ser trabalhadas pelo professor, apoiando a criança e a inserindo em contextos em que a linguagem escrita e oral se façam presente. Por meio dos textos, os sentidos vão sendo construídos e a criança passa a elaborar diferentes hipóteses neste contexto, diferente das palavras e letras soltas, os textos trazem maior significado para as crianças nesta fase de alfabetização.

A criança elabora o seu conhecimento a partir das interações que estabelece com os demais sujeitos, a interação permeia qualquer tipo de aprendizagem. É importante, neste contexto, considerar as diferentes hipóteses levantadas pelas crianças e abrir espaço para que ela fale de suas impressões. A relação professor-aluno no contexto da alfabetização deve se estabelecer com diálogo e espaços de aprendizagens em que a criança possa se expressar e trocar experiências com as demais crianças.

> [...] a visão da alfabetização como uma habilidade baseada na escola pode ser constituída de forma menos otimista em torno do fato de que, já que as escolas continuam a ser uma poderosa força na transmissão seletiva do conhecimento e da distribuição de oportunidades sociais, seria melhor que entendêssemos seu funcionamento em maiores detalhes. (COOK-GUMPERZ, 1991, p.17).

Segundo Cook-Gumperz (1991) frequentemente, os professores cooperam com as crianças na produção de narrativas orais, mostrando assim, pelo exemplo, como esta transição é feita. Surgem dificuldades, entretanto, quando as crianças de grupos minoritários têm problemas em se adaptar às expectativas de desempenho dos professores e quando, apesar das boas intenções, a comunicação das crianças dos grupos minoritários deixa de ser eficiente em termos de normas estabelecidas pela escola.

Contrapondo-se ao método sintético, temos o método analítico, que tem como princípio que o ponto de partida para a alfabetização seja o todo, partindo da palavra, desta maneira, o processo parte de uma palavra que a criança já conhece e que tenha sobre ela um conceito. No método analítico há um grande trabalho de memorização, que exige o auxílio da família, além disso, pode produzir efeito negativo em crianças que não têm facilidade para memorização.

Neste método a utilização das palavras é fundamental, em particular aquelas que pertençam à linguagem da criança, é importante que se explore a utilização de jogos e que o ambiente das salas de aula tenha à disposição matérias de uso comum, a fim de permitir que as crianças ajam com naturalidade.

LETRAMENTO

> Para aprender a ler e a escrever, é importante observar, agir sobre os objetos, organizar o pensamento e situar-se no mundo, uma vez que o conhecimento advém da própria atividade da criança. O indivíduo alfabetizado deve ser capaz de compreender o que lê e de expressar-se oralmente e por meio da escrita. Essa concepção assume que o indivíduo leva para a escola os padrões da linguagem oral e escrita desenvolvidos no cotidiano e, a partir daí, é capaz de perceber a necessidade do domínio da norma padrão. (NUCCI, 2005, p. 62-63)

De acordo com Calil (1996) temos três concepções sócio históricas de letramento. Na primeira concepção há um saber sobre a escrita antes de se aprender a ler e escrever, não reduzindo o letramento à alfabetização. Na segunda concepção, as práticas de letramento são situações em que a língua escrita faz parte das interações entre os indivíduos. Na terceira concepção, o letramento está relacionado as práticas sociais em que a escrita faz

sentido e o texto escrito assume as suas características, integrado no cotidiano do indivíduo.

É possível elencar os possíveis graus de competência em: o alfabetizado letrado como aquele que conhece o sistema e é capaz de utilizá-lo de maneira competente; o analfabeto com limitações, ou pouco letrado; o analfabeto letrado, que compreende as funções da linguagem oral e escrita e é capaz de buscar informações necessárias para o seu dia a dia; o alfabetizado pouco letrado, que conhece os códigos mas não possui habilidade nas práticas sociais.

Para que as crianças possam se apropriar da linguagem escrita é necessário que o professor tenha uma ação intencional e planejada, auxiliando a criança a compreender que existe uma relação entre as letras e os sons das falas. Esta ação deve ocorrer em um processo de interação com a escrita, com a proposição de atividades que envolvam a compreensão dos diferentes símbolos que fazem parte da sociedade, além de diferentes portadores textuais que contribuam nesse processo de aprendizagem da escrita.

> Para o indivíduo tornar-se letrado, não basta apenas o convívio com a escrita no ambiente familiar. Atualmente, somente a família não atende as demandas sociais do uso da escrita; é preciso que a escola contextualize o uso da escrita no e a partir do cotidiano. Cabe aos professores monitorar a apropriação do conhecimento e a socialização para preservar a cultura. Cabe a eles também reconhecer o movimento da linguagem que ocorre em diferentes situações de interação pela palavra escrita, considerando-se as variações linguísticas. (NUCCI, 2005, p. 66 apud MATENCIO, 1994)

Em relação ao fracasso escolar podemos compreender que existem diversas maneiras de interpretação, os alunos terão diferentes trajetórias na escola devido aos contextos letrados no qual estão imersos fora da escola e a escola deve estar preparada para lidar com a diversidade de conhecimentos destes sujeitos. Há uma rejeição, por parte dos alunos, em relação aos conteúdos escolares pois nem sempre estes estão relacionados as vivências dos alunos e não fazem sentido para ele. A aquisição da escrita traz a inserção social nos meios letrados e muitas vezes, essa situação gera estranhamento entre as pessoas analfabetos, quando se veem prestes a adentrar neste novo contexto.

De acordo com as ideias de Colello (2010) podemos elencar diferentes tipos de letramento, o letramento social e o letramento escolar, visto que a compreensão do uso da escrita na sociedade favorecem as experiencias, neste sentido o trabalho escolar deve ser valorizado. O letramento dominante e o letramento local, o dominante associado à escola e ao trabalho e o local como aquele que ocorre na vida cotidiana. O letramento cientifico, que pode ser entendido como aquele utilizado em espaços da ciência e o letramento digital, que possibilita o acesso da população as redes de comunicação.

Para Leite (2001) independente dos conceitos elencados por diferentes autores, sobre as definições dos termos letramento e alfabetização, há um consenso que, para ensinar a língua escrita é preciso garantir o seu caráter simbólico e o seu uso social, nas diferentes possibilidades e contextos em que ocorre a aprendizagem.

> É função da escola dar continuidade, agora de forma sistematizada, a esse processo que vem se realizando naturalmente, por meio do qual a criança vem tomando contato com a escrita verdadeira, pelas diversas práticas sociais de que participa. Nesse sentido, uma das críticas ao modelo tradicional é que ele representa uma ruptura nesse processo: a escola passa a apresentar para a criança a escrita através de textos totalmente descontextualizados, enfatizando somente o código, em detrimento do significado. Além disso, utilizam-se de textos que não correspondem aos usos sociais da escrita. (LEITE, 2001, p. 29)

Conforme Nucci (2005), crianças com bom desempenho atendem as expectativas da escola, pois convivem com eventos e práticas de letramento compatíveis com a orientação escolar; outras apresentam dificuldade no desempenho escolar em função de eventos e práticas de letramento não compatíveis com a orientação escolar e/ou pelo fato de a escola não considerar o letramento familiar na alfabetização.

Ainda conforme a autora o letramento escolar é entendido como a ocorrência de eventos de letramentos no contexto escolar, construídos no processo de interação entre professor e aluno, para que o aluno identifique a relação entre as situações de letramento durante as aulas de alfabetização e as necessidades do uso da escrita no cotidiano. É por meio das atividades contextualizadas no seu cotidiano (por exemplo, brincar de supermercado, que exige a leitura de produtos e a escrita da lista de compras) que o aluno pode identificar as funções da escrita de acordo com as suas necessidades.

Falantes que convivem com alfabetizados acabam incorporando características da escrita em sua fala mesmo antes de ser alfabetizados. Vivendo numa sociedade letrada, além do domínio das regras de uso da oralidade, o indivíduo aprende os usos sociais da escrita, suas funções e, portanto, pode se tornar leitor e produtor de texto, mesmo não sendo alfabetizado.

CONCLUSÃO

A criança é um ser social que participa das práticas que permeiam as relações em nossa sociedade, proporcionar

a criança, o mais cedo possível, o contato com diferentes materiais e portadores de textos vai contribuir para que avancem em suas hipóteses. O ambiente escolar é um espaço público e as crianças passam uma grande parte do seu tempo nela, neste sentido, é um local que promove a aprendizagem e a socialização.

É preciso pensar nos aspectos relacionadas as práticas de alfabetização que vá além da mera codificação e decodificação de símbolos, o aprendizado deve abarcar o contexto social em que o indivíduo está inserido. além das práticas de efetivo letramento e imersão na cultura letrada e escrita de nossa sociedade. O indivíduo letrado é considerado como capaz de participar das práticas sociais, interpretar e interagir nas diferentes situações de seu cotidiano e atuar em seu meio.

A alfabetização e o letramento devem ocorrer juntos, aliando um ensino sistemático de notação alfabética com as vivências cotidianas dos educandos, a escola deve considerar as práticas leitoras e escritoras que são vivenciadas fora do espaço escolar para que o letramento realmente seja contextualizado e não apenas uma forma de aprendizagem em que a escrita seja exercitada para demonstrar habilidades e competências totalmente desvinculadas da função social que a leitura e a escrita possui na vida social e nas práticas cotidianas.

As crianças devem ser desafiadas nas atividades propostas pelos educadores, contribuindo para a aprendizagem significativa, ampliando os seus conceitos e sugerindo diferentes formas de ação para que a criança seja capaz de elaborar e reelaborar suas hipóteses. As práticas de leitura de histórias para as crianças são consideradas uma das principais práticas no sentido de alfabetizar letrando. Com esta atividade as crianças são capazes de apropriar-se de conhecimentos que contribuirão para a sua futura inserção no mundo escrito e letrado.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Silvana de Oliveira. **A linguagem Escrita e as crianças: superando mitos na Educação Infantil**. In: EDUCAÇÃO Infantil: diferentes formas de linguagem expressivas e comunicativas. São Paulo: UNESP/ UNIVESP, 2009. p. 120-133.

CALIL, E. **Letramento: uma questão de linguagem ou de interação?** Leitura, nº 17, 1996. p. 49-61.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e Letramento: o que será que será?** in LEITE, Sérgio Antonio da Silva, COLELLO, Silvia M. Gasparian; ARANTES, Valéria Amorim (org.) Alfabetização e Letramento: Pontos e Contrapontos. São Paulo: Summus, 2010.

COOK-GUMPERZ, Jenny. **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

DI NUCCI, Eliane Porto. **Alfabetizar Letrando... um desafio para o professor!** in LEITE, Sérgio Antonio da Silva (Org.). Alfabetização e Letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas: Komedi, 2005.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **A apropriação da linguagem escrita** in LEITE, Sérgio Antonio da Silva (Org.). Alfabetização e Letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas: Komedi, 2003.

LEITE, S. A. S. (org) **Alfabetização e Letramento – Contribuições para as práticas pedagógicas**. Campinas: Komedi, 2001.

LURIA, A. R. **O desenvolvimento da escrita na criança.** In: VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.